

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 20/04/2019	Caderno: Economia



# Em crise, Estados recorrem ao STF e conseguem fôlego de R\$ 12 bi nos caixas

*Governos estaduais têm conseguido decisões favoráveis em processos que pedem para que União não bloqueie recursos ou que não sejam punidos por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal*

**Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo**

20 de abril de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Em crise financeira, Estados conseguiram desde o ano passado decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal (STF) com potencial de dar um fôlego de R\$ 12 bilhões aos seus caixas. Levantamento feito pelo **'Estadão/Broadcast'** aponta que os ministros ficaram do lado dos governadores em 78 de 99 ações apresentadas à Corte.

Nesses processos, os Estados pediram ao STF, por exemplo, que a União não bloqueasse o repasse de recursos como contrapartida ao calote que deram em prestações de empréstimos com garantia do Tesouro. Também solicitaram a retirada do nome dos Estados de cadastro de inadimplentes, o que impede governadores de contratar novos empréstimos. Além disso, pedem que não sejam punidos pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e continuem sendo favorecidos pela renegociação da dívida com a União.

Ministros dos STF ficaram do lado dos governadores em 78 de 99 ações apresentadas à Corte

O **Estado** apurou que há um temor na administração federal de que, com essas decisões, o sistema de garantia acabe entrando em colapso, porque, se a situação atual se perpetuar, a União não conseguirá mais entrar como garantidora de operações financeiras dos Estados. As decisões judiciais, na avaliação de integrantes do governo,

enfraquecem a aplicação da LRF e estimulam um comportamento irresponsável dos Estados com as contas públicas.

A Advocacia-Geral da União (AGU) decidiu criar um grupo de trabalho em janeiro para monitorar as ações movidas por Estados e municípios. Chamada de Coordenação-Geral de Assuntos Federativos, a equipe está vinculada à Secretaria-Geral de Contencioso da AGU.

“A judicialização da LRF na liberação de gastos e créditos em desacordo com os limites da lei ocasiona uma quebra de isonomia entre os entes federados, um aumento da dívida, impactando o orçamento estatal, sendo um risco na implementação de políticas públicas”, diz o secretário adjunto da Secretaria-Geral de Contencioso da AGU, Adriano Paiva.

**Conflito.** Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, Telmo Lemos Filho, o STF acaba funcionando como um mediador no conflito federativo, já que, diante da crise, os agentes políticos não conseguem realizar esse papel. “E é muito por causa da crise. Ela chegou aos Estados, mas também no caixa da União. A questão é que a União tem mais mecanismos para se financiar e mais arsenal para superar isso, diferente dos Estados”, disse Lemos Filho, que defende a posição do STF.

Só Minas Gerais obteve, apenas neste ano, cinco decisões favoráveis que proibiram a União de bloquear R\$ 1,3 bilhão de repasses ao Estado, em geral por conta de atrasos em pagamentos de empréstimos nos quais o governo federal é o garantidor.

Além desses casos, conflitos que envolvem problemas na renegociação de dívida de Estados com União, causados por descumprimento da LRF, também entram na mira das ações.

**FOLHA DE S.PAULO**

# Governo afagará estados com compensação previdenciária

Transferência relativa a período em que servidor estava no INSS será acelerada

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA****Thiago Resende**

**BRASÍLIA** O governo prepara um decreto para acelerar transferências a estados e municípios como forma de compensação previdenciária.

Atendendo ao pleito dos governadores e de prefeitos, o time de Paulo Guedes (Economia) espera ampliar o apoio pela reforma da Previdência.

Em média, um servidor público estadual ou municipal trabalha sete anos na iniciativa privada antes de ingressar no funcionalismo.

Estados e municípios querem receber a parcela paga pelo servidor no período em que estava vinculado ao INSS.

O pagamento das compensações, portanto, aumenta o

déficit da Previdência Social e é um alento para as contas dos governadores e prefeitos.

A equipe econômica estima que, para municípios, a transferência seja de R\$ 5 bilhões.

Para os estados, não há cálculos exatos. Mas o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), prevê que a dívida acumulada com os estados seja de R\$ 20 bilhões. Apesar de ser de oposição a Jair Bolsonaro, Dias tem articulado com técnicos do governo mais celeridade aos pagamentos.

Atualmente, há 145 mil pedidos de governadores e prefeitos para essas transferências de recursos dos INSS, que se arrastam há anos. O plano do governo é zerar esse estoque de processos em até dois anos.

"Esse decreto deve sair em 60 dias", informou o secretário especial de Previdência

e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho.

A equipe trabalha também no aprimoramento do modelo de pedido de compensação.

A medida é um afago a governadores e prefeitos e uma tentativa para que eles ajudem a convencer congressistas a votar a favor da proposta de reforma da Previdência.

Cresceu no Congresso a articulação para que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) passe a prever mudanças na aposentadoria apenas dos trabalhadores da iniciativa privada e de servidores federais.

Portanto, o efeito da reforma para estados e municípios seria excluído da proposta.

Mesmo no PSDB, partido que defende a reforma, há deputados favoráveis à retirada dos artigos que ajudariam nos ajustes de contas estaduais.

O jogo é político. Parlamentares querem que o governador de seu respectivo estado tenha o desgaste de aprovar medidas impopulares.

O líder do PPS na Câmara, Daniel Coelho (PE), recolhe assinaturas para apresentar emenda à PEC que excluiria o efeito da reforma para servidores estaduais e municipais.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem falado com aliados sobre outra sugestão. Ele prefere que, após a aprovação da proposta, governadores e prefeitos tenham um prazo para apenas ratificar as mudanças na PEC.

Para Maia, isso seria suficiente para que toda a classe política trabalhe pela reforma.

**Vinicius Torres Freire**

Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

Veículo: Política Livre	
Data: 20/04/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

## Em crise, Estados recorrem ao STF e conseguem fôlego de R\$ 12 bi nos caixas

Foto: Estadão



Ministros do STF ficaram do lado dos governadores em 78 de 99 ações apresentadas à Corte

Em crise financeira, Estados conseguiram desde o ano passado decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal (STF) com potencial de dar um fôlego de R\$ 12 bilhões aos seus caixas. Levantamento feito pelo 'Estadão/Broadcast' aponta que os ministros ficaram do lado dos governadores em 78 de 99 ações apresentadas à Corte. Nesses processos, os Estados pediram ao STF, por exemplo, que a União não bloqueasse o repasse de recursos como contrapartida ao calote que deram em prestações de empréstimos com garantia do Tesouro. Também solicitaram a retirada do nome dos Estados de cadastro de inadimplentes, o que impede governadores de contratar novos empréstimos. Além disso, pedem que não sejam punidos pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e continuem sendo favorecidos pela renegociação da dívida com a União. O Estado apurou que há um temor na administração federal de que, com essas decisões, o sistema de garantia acabe entrando em colapso, porque, se a situação atual se perpetuar, a União não conseguirá mais entrar como garantidora de operações financeiras dos Estados. As decisões judiciais, na avaliação de integrantes do governo, enfraquecem a aplicação da LRF e estimulam um comportamento irresponsável dos Estados com as contas públicas. A Advocacia-Geral da União (AGU) decidiu criar um grupo de trabalho em janeiro para monitorar as ações movidas por Estados e municípios. Chamada de Coordenação-Geral de Assuntos Federativos, a equipe está vinculada à Secretaria-Geral de Contencioso da AGU. “A judicialização da LRF na liberação de gastos e créditos em desacordo com os limites da lei ocasiona uma quebra de isonomia entre os entes federados, um aumento da dívida, impactando o orçamento estatal, sendo um risco na implementação de políticas públicas”, diz o secretário adjunto da Secretaria-Geral de Contencioso da AGU, Adriano Paiva.

*Estadão*

# FOLHA DE S.PAULO

## Como arrecadar mais impostos?

Participação pública maior na elaboração de políticas eleva receitas, diz estudo

**Ronaldo Lemos**

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

"Abril é o mais cruel dos meses", dizia o poeta T.S. Eliot. Quem precisa acertar as contas com o Imposto de Renda até o fim do mês provavelmente concorda.

Pagar impostos não é a atividade favorita de ninguém. No entanto, um surpreendente estudo do Banco Mundial que acaba de ser publicado mostra conclusões diversas. Há como fazer com que mais gente queira pagar impostos. E mais: sem aumentar fiscalização ou punições.

O estudo foi realizado por dois pesquisadores americanos

e um brasileiro (Michel Touchton, Brian Wanpler e Tiago Peixoto). Concluiu que, quanto mais houver mecanismos de participação pública na definição de políticas governamentais (como conselhos e instituições como o orçamento participativo), maior será a arrecadação de impostos. O número não é trivial: nas localidades onde há maior participação pública, a arrecadação chega a ser 34% maior, em média.

Essa conclusão foi alcançada após uma análise detalhada dos números de 5,570 muni-

cípios no Brasil. Os pesquisadores avaliaram aqueles que adotam orçamento participativo e há quanto tempo o fazem. Além disso, estudaram a estrutura dos conselhos municipais.

Para quem não está familiarizado comece, a Constituição de 1988 previu a participação da sociedade em temas como Previdência, saúde, assistência social e educação. Na sequência, leis regulamentaram esse ponto, determinando a criação de conselhos no plano municipal.

A pesquisa olhou os municípios que foram além dos con-

selhos obrigatórios, previstos em lei. Buscou determinar as cidades em que foram criados conselhos não obrigatórios, tratando de temas como moradia, cultura, mulheres e outros. A conclusão foi clara. Nos municípios onde há mais conselhos facultativos, a arrecadação de impostos municipais é significativamente maior.

Os números impressionam. Municípios que têm conselhos facultativos de participação pública alcançam resultados tributários 31% superiores aos que não os possuem. Municí-

pios que praticam orçamento participativo têm resultados 38% maiores. Já nas cidades em que o orçamento participativo é adotado há mais de oito anos os resultados chegam a ser 40% superiores.

Muitos que não fizeram a leitura integral do estudo poderão dizer que se trata de uma correlação, não de uma causalidade. Os autores abordaram esse ponto em detalhes. Estabeleceram com cuidado uma cadeia de causalidade demonstrada matematicamente. Mais que isso, fizeram uma sólida checagem de robustez dos dados, também com análise numérica.

Dessa forma, antes de criticar, vale o esforço de ler o estudo e as métricas adotadas.

A conclusão dos autores, aliás, é bastante direta ao afirmar que "nossos resultados demonstram ampla conexão entre instituições de participação e resultados de arrecada-

ção de impostos locais".

Mais do que isso, argumentam que "boa governança promove governos legítimos e publicamente responsáveis, o que, por sua vez, leva a maior adimplemento fiscal".

Outra conclusão importante é que estratégias de participação pública podem ser ferramentas fiscais. Podem suprir as limitações de estratégias como aumento de fiscalização e punições na arrecadação de impostos.

Parece coisa simples, mas muitas vezes esquecemos que legitimidade é uma ferramenta poderosa à beça para quem governa.

### READER

**Já era** Myspace e Friendster

**Já é** Facebook, YouTube e Instagram

**Já vem** TikTok e Vigo

# FOLHA DE S.PAULO

## Frustração precoce com gestão Bolsonaro retarda retomada da economia

Para analistas e empresários, incertezas e riscos para a política econômica minam a confiança e represam os investimentos

Flávia Lima e Ivan Martínez Vargas

**SÃO PAULO** A economia brasileira caminha para registrar mais um ano perdido. Ao menos é essa a visão dos especialistas, caso o crescimento fique mesmo próximo de 1%, como indica a onda de revisões feitas por instituições financeiras nas últimas semanas.

Economistas ouvidos pela Folha falam em crescimento medíocre ou frustrante, levado por um novo componente: os riscos ligados à política econômica.

"Qualquer crescimento mais próximo de 1% representa um ano perdido e traz uma sensação muito próxima ao de uma parada súbita", diz Silvia Matos, pesquisadora do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getúlio Vargas.

O governo, afirma a economista, precisa criar um ambiente favorável ao investimento, reduzir a incerteza política e — fato inesperado, que não estava no radar dos especialistas há algumas semanas — evitar riscos à política econômica.

"Qual vai ser o preço do diesel? A reforma sai quando?", questiona Matos para exemplificar as preocupações que despantam.

Coordenadora do boletim de macroeconomia da instituição, Matos prevê crescimento econômico entre 1,5% e 2%

em 2019, mas avisa: o risco é para baixo. Segundo a economista, crescer 1% em 2018 foi compreensível, considerando a baixa popularidade de Michel Temer, a paralisação dos caminhoneiros, o mau humor externo em relação aos emergentes e o turbulento processo eleitoral. "Repetir isso em 2019 é inaceitável. Não há o que culpar". Os indicadores econômicos já conhecidos não são bons.

A indústria patina influenciada pelo efeito da crise argentina sobre o setor automotivo somado a uma piora da demanda interna identificada a partir de março.

Nas contas do Ibre, um indicador importante do apetite por investimentos que mede a demanda por máquinas e equipamentos deve crescer apenas 1% no primeiro trimestre sobre igual período de 2018 — algo pífio diante da queda acumulada de cerca de 30% do investimento na economia durante a recessão.

Essa falta de ânimo para investimentos se traduz em fraqueza do emprego, cuja reação ainda se dá pela informalidade. Mesmo as vagas formais geradas no mercado de trabalho, medidas pelo Caged, vêm basicamente do setor de serviços, que paga menores salários.

Economistas até esperam que o consumo das famílias cresça um pouco acima do PIB em 2019, em razão dos juros mais baixos e da lenta retomada do crédito, mas em ritmo insuficiente para fazer girar com mais força a economia.

A percepção é que o otimismo, que deu o tom na virada do ano, se reverte de modo profundo e rapidamente.

Samuel Pessoa, sócio da consultoria Reliance, pesquisador da FGV e colunista da Folha, afirma que houve frustração precoce com o governo de Jair Bolsonaro porque se imaginava que a reforma da Previdência seria encaminhada rapidamente e o país voltaria a andar.

### Mais um ano perdido



... enquanto cai a confiança da indústria...



... do consumidor...



... do comércio...



... do setor de serviços



"A política é muito ruim, o que não é de surpreender, por que Bolsonaro avisou. Ele não entende que um governo de coalizão compartilha poder para negociar um projeto de país", diz Pessoa.

Assustam muito, afirma o economista, os sinais de fraqueza dados por um governo recém-empossado.

"Se no começo de mandato ele não consegue controlar grupos de pressão, o resultado é que todo o mundo vai querer tirar uma casquinha", diz.

"Temos um governo com sinais muito ambíguos", diz Marcos Lisboa, presidente do Inspier e também colunista da Folha. "Ele aprovou benefícios para a Sudam e a Sudecne [autarquias de desenvolvimento regional], restrição ao comércio de leite e de banana, regras de conteúdo nacional. Que agenda liberal é essa?"

Outro exemplo dúbio, afirma Lisboa, foram as idas e vindas em relação ao preço do diesel.

"Foi um ruído desnecessário que revela falta de conhecimento das práticas de gestão de uma empresa estatal." A falta de organização de uma agenda econômica capaz de dar origem a um crescimento sustentado, diz ele, causa até pena. "O que veio foi na contramão de uma agenda de crescimento. Foi restabelecer o governo Dilma", diz.

Da parte dos empresários,

o desconforto se reflete nos principais indicadores de confiança da FGV. Após uma recuperação na virada do ano, o sinal se inverte de forma generalizada. Os indicadores da instituição apontam queda na confiança na indústria, no comércio, no setor de serviços e até entre consumidores.

Guilherme Leal, da Natura, vê preocupação com a articulação entre Executivo e Legislativo. "Não é a melhor, para ser bastante diplomático,"

A queda da confiança ocorre em razão da imaturidade do governo, diz Jairo Cesar Lobato, presidente do grupo Transmontano. Para Lobato, o mais preocupante são as intervenções na economia.

"Paulo Guedes aguenta isso até onde? O casamento vai até quando? Se ele sai, acaba de vez o governo."

Para Caito Maia, presidente da Chill Beans, existia uma expectativa de que o governo poderia ter feito mais coisas no início do ano. "Mas minha expectativa nunca foi que eu ia arrear neste ano, sempre foi de que seria melhor que o ano passado, e deve ser. Sigo otimista", afirma.

Carlos Santa Cruz, presidente da fabricante de embalagens Bemis América Latina, aponta a desaceleração do mercado em março, mas se diz ainda otimista.

"Depende muito do foco do governo como um todo."

“

Paulo Guedes aguenta isso até onde? O casamento vai até quando? Se ele sai, acaba de vez o governo

Júlio Cesar Lobato presidente do grupo Transmontano

“

Ele [governo] aprovou benefícios para a Sudam e a Sudecne, restrição ao comércio de leite e de banana, regras de conteúdo nacional. Que agenda liberal é essa?"

Marcos Lisboa presidente do Inspier

## FOLHA DE S.PAULO

# Participação do Brasil na economia global cai ao menor nível em 38 anos

Fatia do país na produção de bens e serviços no mundo foi de 2,5% no ano passado, segundo o FMI

Érica Fraga

**SÃO PAULO** Dados recém-divulgados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) mostram que o Brasil completou, em 2018, o sétimo ano consecutivo de perda de participação na economia global.

A fatia do país na produção de bens e serviços do mundo, que era de 4,4% em 1980, chegou, entre altos e baixos, a 3,1% em 2011 e, desde então, caiu sem parar, atingindo 2,5% no ano passado, o nível mais baixo ao longo das quase quatro décadas na série histórica que mostra as trocas realizadas entre Brasil e o resto do mundo.

Os dados se referem à participação no PIB (Produto Interno Bruto) global em dólares ajustados pela paridade do poder de compra (PPC), que reflete as diferenças de custo de vida entre os países.

Por essa medida, que é mais estável, o Brasil perdeu, no ano passado, o posto de sétima maior economia do mundo, que detinha desde 2005, para a Indonésia, caindo para o oitavo lugar.

No ranking feito a partir da conversão simples do PIB em dólares, que é mais volátil, a posição brasileira sempre variou bastante e, em 2018, o país voltou a recuar também da sétima para a oitava posição, ultrapassado pela Itália.

Segundo as projeções do Fundo, a tendência de perda de espaço do Brasil se manterá pelo menos até 2024, quando a parcela do país na economia global, pelas projeções realizadas na instituição, recuará para 2,3% (em PPC).

Esse padrão histórico de encolhimento não é uma exclusividade brasileira.

Desde 1980, quase todos os gigantes econômicos cederam espaço para a China pas-

sar, movida por suas taxas de crescimento que chegavam a dois dígitos. A exceção foi a Índia, que também se expandiu a um ritmo acelerado em todo o período.

Mas outras comparações — como a análise da trajetória de países emergentes na década atual — evidenciam que a deterioração brasileira no contexto global tem características peculiares e bem particulares.

Desde 2010, a perda de 0,64 ponto percentual de participação do país no PIB mundial só foi inferior aos recuos registrados por Estados Unidos e Japão, que, na esteira da crise financeira de 2008, cresceram, em média, muito abaixo da taxa global.

Os dois são, porém, econo-

mias avançadas, com patamar já elevado de renda per capita, em que a estabilidade do progresso em indicadores sociais, como o nível de pobreza, é menos sujeita às oscilações de diferentes ciclos econômicos.

Muitas das nações em desenvolvimento, que dependem de taxas razoáveis de crescimento para melhorar o padrão de vida de suas populações, têm apresentado desempenho superior ao brasileiro.

Nos últimos oito anos, vizinhos latino-americanos como Colômbia, Peru, Chile, Uruguai e Paraguai conseguiram, pelo menos, manter suas fatias do PIB mundial (em PPC). Outros emergentes como Indonésia, Turquia, Filipinas, Vietnã e Malásia aumentaram suas participações no período.

"Eu não me preocuparia com a perda de participação do Brasil na economia global se estivessemos crescendo", diz o economista Alexandre Cunha, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"O problema é que não estamos crescendo, e esse recuo relativo a outros países também se manifesta em outros indicadores", diz o pesquisador.

Ele ressalta que a renda per capita brasileira como percentual da norte-americana — medida muito usada para analisar se um país está se desenvolvendo — nunca retornou ao nível de quatro décadas atrás.

Em 1980, o rendimento médio do brasileiro (em PPC) equivalia a 39% do americano. Em 2018, esse percentual era 25,8%.

Nações como Chile, Taiwan e Coreia seguiram a trajetória inversa no período — os dois últimos, aliás, passaram a ser considerados países desenvolvidos.

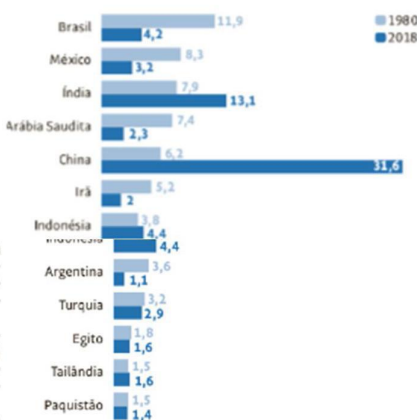
## Brasil perde espaço na economia global

PIB brasileiro encolhe para seu menor nível em relação ao mundial e ao de países emergentes\*



Entre emergentes, país foi ultrapassado por China, Índia e Indonésia

Fatia do PIB de nações emergentes e em desenvolvimento, em %\*\*



\* Dados a partir de 2019 são projeções. PIB mensurados em US\$ convertidos em paridade de poder de compra (PPC, técnica que reflete melhor as diferenças nos custos de vida dos países).

\*\* Série do FMI para a Rússia, terceira maior economia emergente em 2018, correção em 1992. Fonte: FMI (Fundo Monetário Internacional)

Segundo Cunha, embora nenhum economista detenha uma receita mágica para o crescimento econômico sustentado no longo prazo, há grande convergência entre acadêmicos das principais universidades do mundo sobre a importância da estabilidade fiscal nesse processo.

"Não existe na história registro de algum país que tenha conseguido crescer por 20, 30 anos estando quebrado", diz o pesquisador.

Por isso, para ele, é crucial aprovar a reforma da Previdência e avançar em medidas para reequilibrar as contas públicas deficitárias do Brasil.

Outros passos, diz Cunha, são a estabilidade democrática e das leis. "Acho que houve um retrocesso nesses aspectos no Brasil. Nosso Congresso, por exemplo, não tem iniciativa de apresentar propostas relevantes para o país nem fiscaliza o Executivo como deveria", afirma o professor.

O economista Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina, diz que a região se tornou mais dependente da exportação de commodities nos últimos anos e que isso fria seu desenvolvimento em relação a outras partes do mundo, como a Ásia.

"Não é que as commodities não sejam importantes. Elas são muito. Mas estamos vivendo a era da economia do intangível, em que os serviços sofisticados ganham espaço até na produção de manufaturas como automóveis", diz.

Segundo Arbache, há avanços tecnológicos recentes na economia digital que ainda nem são mensurados nas contas nacionais e, se fossem, revelariam provavelmente um retrocesso ainda maior do Brasil no contexto global.

"Precisamos avançar na economia digital para voltar a crescer e ganhar espaço", diz o economista.

Para isso, ressalta Arbache, além do foco em agendas como a estabilidade fiscal e a melhoria do ambiente de negócios para as empresas, é necessário avançar em inovação e aumentar a participação do Brasil nas cadeias globais de comércio.

“Eu não me preocuparia com a perda de participação do Brasil na economia global se estivessemos crescendo. O problema é que não estamos, e esse recuo relativo a outros países também se manifesta em outros indicadores”

Alexandre Cunha  
economista e professor da UFRJ

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 22/04/2019	Página: A15

# FOLHA DE S.PAULO

## Reforma tem saco de maldades por trás, diz presidente do Ipea

### ***Embate sobre Previdência é justificável e órgão não deveria tratar de política de gênero, diz Doellinger***

20.abr.2019 às 2h00

**Flavia Lima**  
**São Paulo**

Carlos Doellinger assumiu o [Ipea](#) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em março com uma missão: reduzir as diretorias — algo a ser discutido com uma consultoria. Como não pode demitir os concursados, vai reduzir também o número de coordenadores de cada área.

Na leitura do carioca de 76 anos, o presente do Ipea não é bom. Alguns estudos acabam fugindo à finalidade do instituto, como tratar de democracia ou de [políticas de gênero](#).

“Não tem nada a ver. Precisa fazer ginástica intelectual para justificar isso.”

Indicado pelo ministro Paulo Guedes, o economista fala sobre a principal bandeira do governo. Reconhece que a reforma da Previdência tem, por trás, um “saco de maldades”.



Carlos Von Doellinger, 76, presidente do Ipea, é graduado em economia pela UFRJ, e mestre em economia pela FGV com especializações na Universidade de Göttingen, na Alemanha, e em engenharia de produção e fabricação pela PUC-RJ - Ricardo Borges/Folhapress

### **Como o sr. chegou ao Ipea?**

Conheço Paulo Guedes desde que [voltou de Chicago, em 1978](#). Comecei a trabalhar na equipe de Bolsonaro desde os primórdios. Minha expectativa era terminar o trabalho no fim do grupo de transição. Até porque sou o matusalém, mesmo entre os cabeças brancas. O mais próximo é o Marcos Cintra, com 75 anos. Paulo tem 69.

Mas, quando chegou ao final, me disseram: “Não, não, você tem que assumir”. Eu disse que não queria.

Mas Paulo insistiu e eu disse que assumiria o Ipea, que é mais tranquilo. Agora estou descobrindo que não é tão tranquilo assim. Eu me aposentei no Ipea, em 1994, e sempre tive contato.



### **O sr. chegou a dizer que sentia que o Ipea andava meio abandonado, é isso?**

A equipe do Ipea é excelente. Só que estava meio desfocada e a organização não estava ajudando muito porque, há 10, 12 anos, criaram sete diretorias todas compartimentalizadas.

### **Pretende reduzir o número de diretorias?**

Sim, para quatro ou cinco, no máximo. Mas não estou querendo impor nada, isso vai ser discutido por meio de uma consultoria —estamos negociando com a FGV-SP. A ideia é enxugar, concentrar, focar. E, já que vai reduzir diretoria, reduzir custo.

### **A redução de custos vai focar o quê?**

Se vou reduzir diretorias, já estou reduzindo cargos gratificados, comissionados. Não vou demitir ninguém, até porque não posso. Os técnicos, pelo menos, todos são concursados. Vou reduzir o número de coordenadores, por exemplo. Diria que cada diretoria tem pelo menos umas três ou quatro coordenações. Como são sete, acho isso um exagero. Honestamente, meu Ipea era diferente. Mas esse é passado, não estou com saudosismo. Mas o presente é ruim. Então, temos que olhar o futuro.

### **E, quando o sr. fala que o presente não é bom...**

Falo da estrutura e dos procedimentos.

### **Mas as principais reclamações do corpo técnico eram o orçamento reduzido e cortes de custos, não?**

O orçamento não está ruim. É verdade que está contingenciado, mas está todo o mundo contingenciando. Mas o homem da tesouraria veio dizer que as perspectivas são melhores do que eu imaginava, dá para manejar.

### **O Ipea não tem concurso público desde 2008, certo?**

Concurso, nem pensar. E tem este problema: gente próxima de se aposentar. O Ipea tem 300 mil técnicos, mas se recorre muito a terceirizado e bolsista. Mas não acho que esse é o grande problema. Os trabalhos estão muito dispersos, com espectro muito amplo de coisas. Aparentemente não houve direcionamento para um programa de pesquisa. Até porque, talvez, não tenha tido demanda do próprio governo para focar mais as coisas.

### **Há um receio de perda de autonomia com relação às demandas do governo?**

Nenhuma. Tenho total liberdade para orientar os trabalhos de acordo com o que a gente tem de vantagens comparativas.

### **O sr. poderia dar um exemplo do que quer mudar?**

Questões muito ligadas à política em si. Essa diretoria de instituições e democracias. O tema é relevante, mas eu não sei se se encaixa no escopo do Ipea.

### **Por quê?**

Porque a sigla já diz tudo. O social está ligado ao econômico. Logo, questão de emprego, de política de rendimentos, distribuição de renda, empregabilidade, isso sim. Agora, quando começa a discutir, desculpe, políticas de gênero... não tem nada a ver. Precisa fazer ginastica intelectual para justificar isso. Não que eu seja contra.

Estudar democracia, tudo bem. Só que dispersa coisas que outras instituições mais habilitadas podem fazer.

## **Na transição, o sr. coordenou o grupo de finanças públicas. Como avalia a questão?**

Sempre foi meu diagnóstico que o nosso desequilíbrio fiscal é a raiz de todos os nossos problemas. Precisamos fazer as reformas que estão sendo propostas. A começar pela principal, que é a da Previdência. Mas tem outras importantes: a do Estado, a do pacto federativo, que vai permitir uma melhor alocação de recursos.

As privatizações podem reduzir a dívida e despesas com juros, que é um encargo totalmente ruim porque é dar para rentista um Plano Marshall por ano. Eu é que fiz essa conta para Paulo Guedes e cheguei aos R\$ 400 bilhões.

## **Mas o governo está num embate com o Congresso, como avançar?**

É uma questão complicada. Na verdade, o pacto federativo não faz nenhuma maldade, tem a ver com melhor alocação de recursos. Já a reforma da Previdência tem por trás, vamos dizer entre aspas, um saco de maldades. Vai atingir o velho, o aposentado. É mais complicada politicamente. É algo que beneficia a sociedade como um todo, dá segurança para investimento. Agora, mexe com a vida das pessoas e isso cria embate político perfeitamente compreensível.

## **O governo está enfrentando isso de modo adequado?**

O governo gostaria de atingir o R\$ 1,1 trilhão, mas a gente sabe que não vai ser isso tudo. O que a gente não quer é que fique em R\$ 300 bilhões, R\$ 400 bilhões. Aí é só um remendo. E, nesta altura da vida, eu e os outros cabeças brancas dizemos “fazer sacrifício para conseguir more of the same” (mais do mesmo) não interessa.

## **Isso já foi dito pelo ministro e assustou o mercado...**

Disse claramente. Ele é um homem plenamente realizado, é um empresário de muito sucesso. Tem um patrimônio colossal. Não precisa de nada disso, está aqui cumprindo missão. Quase que um apostolado, uma coisa quase que mística.

O ministro é o principal fiador da reforma... Ele tem essa posição de destaque e mesmo os que são contra ele respeitam a capacidade técnica, a inteligência. Mesmo sendo de Chicago, todo o mundo respeita (risos). No meu tempo de Ipea, quando o cara vinha de Chicago, era chicagão. E ele sofreu muito com isso no início da carreira. Ele passou no Ipea, mas viu que o ambiente não era lá muito propício a Chicago e foi buscar a turma dele.

## **A reforma passa neste ano?**

Sim. A questão é saber que reforma. Se ela for muito mutilada, vai ser mais um remendo. Isso interessa? Mais um remendo para que em alguns anos tenha que se fazer outro? Não é essa a proposta. A gente veio para deixar um legado. Cumprir uma missão. Ninguém precisa de emprego. Até porque, desculpe, está muito mal pago.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 21/04/2019	Coluna: Outras Notícias



## **GUEDES DEFENDE QUE PETROBRAS SEJA ‘COPOM DO PETRÓLEO’**

21 Abril, 2019 - 10:00



Após a divulgação de áudio em que o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) aparece falando que o governo deu uma “trava” na Petrobras, o ministro Paulo Guedes (Economia) evitou polemizar com o colega. As informações são do Blog da Julia Duailibi. “Ele é muito leal e tem me ajudado muito”, disse Guedes ao blog sobre a atuação do ministro da Casa Civil. O ministro da Economia voltou a defender que a Petrobras é livre para definir os preços, apesar das declarações de Onyx. “O Castello Branco (presidente da Petrobras) tem que ser o Copom do petróleo”, declarou.

Onyx tem boa relação com grupos que representam os caminhoneiros autônomos, o que faz com que ele leve ao presidente Jair Bolsonaro as demandas da categoria. Diante da informação de que poderia haver uma paralisação, Bolsonaro ligou para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, questionando-o sobre o reajuste de 5,7% do diesel, sem falar antes com Guedes. Agora, a divulgação do áudio em que Onyx confirma que o governo atuou para alterar a periodicidade do reajuste do diesel em março, que passou de uma semana para no mínimo 15 dias.

# FOLHA DE S.PAULO

## Após um ano, só 4 fintechs obtêm aval do BC para virar instituição financeira

Regras para novatas entrarem no crédito são consideradas rígidas, como ter patrimônio de R\$ 1 milhão

Tássia Kastner

**SÃO PAULO** A regulação do Banco Central para permitir a transformação de fintechs em instituições financeiras completa um ano neste mês com apenas quatro empresas enquadradas nas regras.

A aprovação mais recente foi divulgada na semana passada, da Mova, enquanto outras 14 estão com processo de abertura em tramitação no BC. Com as regras, o regulador pretende aumentar a competição no mercado de crédito, controlado pelos cinco grandes bancos do país. A falta de concorrência é vista como uma das razões para os altos juros cobrados do consumidor.

Sem a migração, fintechs de crédito funcionam como correspondentes bancários e precisam de um banco para formalizar o empréstimo dentro do sistema financeiro, o que pode encarecer custos à medida que as operações crescem.

São duas regulações distintas: a SCD (Sociedade de Crédito Direto), que permite a fintechs emprestar dinheiro próprio, e a SEP (Sociedade e Empréstimo entre Pessoas), que regula o peer-to-peer lending, quando a instituição funciona como intermediária entre um credor e uma pessoa que precisa de um empréstimo.

Apesar da estrutura simplificada na comparação com a criação de um novo banco, as

regras ainda são rígidas.

A primeira barreira de entrada é a exigência de R\$ 1 milhão de patrimônio, o que significa que a empresa novata precisa manter parada parte dos recursos captados com investidores, em vez de dar outro destino, como conceder crédito.

Além disso, há exigências societárias e de regras de controle, para evitar possíveis danos ao sistema financeiro.

Na prática, o que aconteceu é que, das 4 primeiras aprovadas, 3 não estavam diretamente ligadas à ABCD (Associação Brasileira de Crédito Digital) e à ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs), duas entidades que serviram de ponte para a interlocução entre as fintechs e o BC durante a formulação das regras.

"O que gente observou foram empresas com porte maior e que queriam ser desbravadoras", diz Rafael Pereira, presidente da ABCD (Associação Brasileira de Crédito Digital).

Para Guilherme Horn, conselheiro da ABFintechs (associação de fintechs), ao criar as novas regras, o BC não poderia dizer que seriam exclusivamente para fintechs.

"É uma nova modalidade de instituição financeira, há empresas que viram uma oportunidade de se enquadrar em regulamentações com menos requisitos do que uma instituição tradicional", diz.

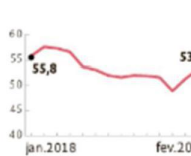
### Concentração bancária é uma das razões para os juros elevados

Grandes bancos controlam 80% do crédito a pessoa física no país



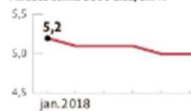
As taxas de juros cederam com a queda da Selic, mas ainda são consideradas elevadas...

Taxa de juros, em % ao ano



Outro custo do crédito é a inadimplência, que também está em queda

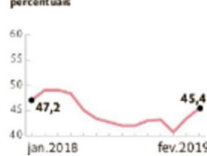
Atrasos acima de 90 dias, em %



Fontes: Banco Central

... e o spread responde por uma fatia elevada dos juros

Spread (diferença entre custo de captação e juros), em pontos percentuais



É o caso da QI Tech, que atua no mercado de crédito havia mais de 15 anos. Com a nova regulação, a empresa viu uma oportunidade de negócio: em vez de contratar um banco que formalize o crédito, decidiu se credenciar no BC para, como fintech, prestar o serviço a outras instituições.

Os bancos que operam como formalizadores das concessões de crédito das fintechs são conhecidos como bancos de serviço ("bank as a service", no jargão do setor) e funcionam de forma semelhante nos países desenvolvidos.

"O serviço é ruim, não tem tecnologia, o legado é antigo e voltado para causa própria, para a carteira de crédito do banco", diz Beatriz Degani, presidente da QI Tech. "A gente viu oportunidade maior em prover os serviços para outras fintechs ou varejistas online que querem viabilizar isso para eles", acrescenta.

A QI Tech formalizou R\$ 20 milhões em crédito desde março e espera terminar o ano com R\$ 500 milhões.

Outra das desbravadoras é a Creditas, especializada em crédito com garantia. A fintech, vinculada à ABCD, entregou a documentação ao BC um mês após a publicação das novas regras.

"Quando a regulação saiu, a decisão já estava tomada", diz Fábio Zveibil, da Creditas. *Continua na pág. A15*

### Saiba mais sobre as fintechs de crédito

#### NOVAS REGRAS

BC criou duas regras que permitem às novatas oferecer empréstimos:

#### 1. SCD (Sociedade de Crédito Direto)

A fintech usa dinheiro próprio (captado com investidores, por exemplo) para emprestar a quem pede crédito; ela não pode pegar dinheiro de outros clientes, como fazem os bancos, para emprestar

#### 2. SEP (Sociedade e Empréstimo entre Pessoas)

Fintechs que funcionam como intermediárias entre investidores e pessoas que pedem crédito (peer-to-peer lending); cada investidor pode emprestar no máximo R\$ 15 mil para um único tomador

#### VANTAGENS

- Autonomia na operação, sem depender de um banco
- Facilidade para desenvolver novos produtos
- Acesso ao open banking, quando for regulado

#### QUEM ESTÁ NAS NOVAS REGRAS

**Creditas** Oferece empréstimo pessoal com garantia em imóvel ou veículo

**QI Tech** Vai prestar serviços bancários para formalizar crédito de fintechs menores, como fazem os bancos

**HB Capital** Oferece crédito para antecipação de recebíveis

**Mova** Vai oferecer crédito por peer-to-peer para empresas e para financiamento de cursos de pós-graduação

## Após um ano, só 4 fintechs obtêm aval do BC para virar instituição financeira

Continuação da pág. A13

Apesar da autorização, a Creditas levará um tempo para começar a operar por meio da SCD (Sociedade de Crédito Direto, que permite a fintechs emprestar dinheiro próprio), pelo trabalho de integração com os sistemas de garantias de imóveis e veículos.

O motivo para a migração, afirma Zveibil, não é tanto a economia de custos, mas a autonomia dos bancos para desenvolvimento de novos produtos financeiros.

"Mas há um custo inicial. Já ouvi caras muito pequenos perguntando como fazer [para migrar para SCD]. Faz muito sentido começar com o parceiro bancário", afirma Zveibil, da Creditas.

Roberto Felipe Tesch, presidente e sócio fundador da Mova, traz o exemplo concreto da flexibilidade de se adequar às novas regras. A fintech recebeu autorização para ser uma SEP (Sociedade e Empréstimo entre Pessoas, que regula o peer-to-peer lending) e fará empréstimos a empresas e a pessoas que pretendem financiar cursos de pós-graduação.

Como o dinheiro do investidor precisa ser pulverizado para que um eventual calote não signifique a perda de todo o valor investido, era preciso gerar uma série de boletos para cada crédito. Isso encareceria o custo e dificultaria a operação.

Com a SEP, a empresa desenvolve a própria operação do zero, sem passar por um banco, apesar de ter como sócio o grupo Omni. Consegue

emitir um único boleto de pagamento, concentrando o valor que foi pulverizado.

"Fica muito mais ágil e com uma estrutura enxuta, mas requer estrutura inicial e investimento", afirma Tesch.

O sistema começará a ser testado entre junho e julho, quando a fintech fará os primeiros empréstimos.

Não existe um levantamento de quantas fintechs de crédito operam no país e que poderiam se transformar em instituições financeiras. A AB-Fintechs sugere cerca de cem, mas há nesse montante comparadores de taxas de juros e empresas que renegociam dívidas em atraso, por exemplo.

Para Larissa Arruy, sócia do Mattos Filho, essa diversidade de fintechs explica a relativa demora na aprovação do Banco Central.

Cada aprovação levou entre quatro e oito meses — o regulador tem obrigação de concluir a análise em até um ano.

"As fintechs têm naturezas diferentes. Uma oferece crédito com garantia, outras são focadas em um público específico. Tudo isso influencia no tempo de análise."

Ela acrescenta que a principal tarefa das fintechs foi separar a parte que efetivamente é uma atividade financeira e que precisa ser submetida à regulação das outras atividades exercidas, como serviços de tecnologia.

"Quando há uma empresa que desenvolveu um software de análise de crédito, que ela também licencia para terceiros, esse software está fora

da questão regulatória. Não necessariamente faz sentido trazer para atividade regulada", exemplifica a advogada.

O Banco Central exigiu novo CNPJ das empresas para a instituição financeira, apartado do usado pela fintech inicialmente.

Pereira, da ABCD, diz ainda que deve demorar para a nova regulação trazer transformações para o mercado, pelo prazo de adaptação ao novo sistema e às novas regras.

"É todo um conjunto de ações que vem em direção das necessidades do mercado financeiro", afirma, ao citar, além da regulação das fintechs, o cadastro positivo e o open banking.

O open banking assume que os dados pertencem ao cliente e, com autorização dele, podem transitar entre instituições financeiras.

O BC discute com o setor financeiro as regras para essa troca de informações, e a primeira etapa de regulação pode sair ainda neste ano. Fintechs que não forem instituições financeiras podem ficar de fora do sistema.

### ➤ O que as fintechs podem fazer se ainda não se enquadram às novas regras do BC

- Nesse caso, atuam com **correspondentes bancários**, quando um banco contratado faz a formalização da operação de crédito
- As fintechs fazem a análise de crédito e decidem para quem emprestar; a operação é de responsabilidade do banco
- O dinheiro vem de fundos de direitos creditórios das fintechs ou do banco parceiro

### DESVANTAGENS DAS NOVAS REGRAS

- É preciso imobilizar R\$ 1 milhão em patrimônio líquido
- Há custos para seguir regras de compliance do Banco Central

	<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b> <b>E PLANEJAMENTO</b>	
<b>DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO</b>		
Adilson Cesar da Costa Martins, CPF nº 792.389.477-91; Eduardo Marcos Ferreira, CPF nº 048.654.389-47; Nelson Antônio de Souza, CPF nº 153.095.255-00; e Luciana Leal Coelho, CPF nº 277.566.518-71. Declaram, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. Esclarecem que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquele Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a veto do processo respectivo.		
Banco Central do Brasil - Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) - Gerência-Técnica em São Paulo (GTSP) - Avenida Paulista, 1.804 - 5º andar - 01310-922 - São Paulo - SP - FAX: (11) 5491.6627 e 5491.6785 - Teleatendimento: (11) 5491.4014, 5491.4214, 5491.4440, 5491.4114		

# FOLHA DE S.PAULO

## A renda dos ricos

Governo acerta ao propor a taxaço de dividendos, que pode tornar mais justa a cobranço de impostos, desde que a carga tributária total não aumente

Sem dúvida ambiciosos, os planos da equipe econômica de Jair Bolsonaro (PSL) para uma reforma tributária incluem medidas sensatas e há muito estudadas, como simplificar a taxaço do consumo, e invençoes controversas, caso de um imposto eletrônico sobre pagamentos — uma espécie de CPMF ampliada.

De mais imediato, planeja-se alteração importante na tributação das pessoas jurídicas, que precisaria ser aprovada pelo Congresso neste ano para vigorar em 2020.

Preende-se reduzir a carga de impostos sobre o lucro das empresas de 34% para cerca de 20%. A perda de arrecadaço seria compensada com a volta do Imposto de Renda sobre os dividendos distribuídos aos acionistas.

A troca, em tese ao menos, produziria efeitos favoráveis — a começar por um melhor alinhamento do Brasil às práticas globais, reduzindo a desvantagem das empresas nacionais na competição por novos investimentos.

Não se pode desconsiderar o contexto mundial de queda da tributação sobre o lucro nas últimas décadas, sobretudo nos países ricos.

Nos EUA, a reforma aprovada no final de 2017 cortou a cobrança federal de 35% para 21%. Os membros da OCDE, que reúne os países mais desenvolvidos, cobram 25%, em média. Em contrapartida, a maioria taxa as parcelas dos lucros recebidas por pessoas físicas. Alíquotas menores no Brasil po-

dem ser atraentes por incentivar a retenço e reinvestimento de lucros, o que estimularia o crescimento da economia.

A taxaço dos dividendos, por fim, tende a elevar a progressividade do sistema tributário, com aumento da carga sobre contribuintes mais abonados, entre os quais os dividendos compõem fatia expressiva da renda.

A mudança demanda cuidados, porém. A sistemática atual, que concentra o gravame nos lucros de algumas centenas de grandes companhias, facilita a arrecadaço. Distribuir a incidência do imposto entre os dividendos recebidos por pessoas físicas pode, no limite, facilitar a sonegação.

Cabe considerar ainda que a esmagadora maioria das pessoas jurídicas brasileiras opera em regime de tributação favorecido — o chamado lucro presumido. É o caso, por exemplo, de profissionais liberais que se tornam empresas, remunerados por meio de dividendos atualmente isentos.

Tal configuração com frequência resulta numa taxaço inferior à que recai sobre assalariados. Não está claro como o governo pretende lidar com essas situações.

Fundamental é que se caminhe na direção de um sistema mais progressivo e justo, em particular no caso do IR. Trata-se de um imposto subaproveitado num país de carga total muito elevada, mas concentrada na tributação exorbitante do consumo de ricos e pobres.

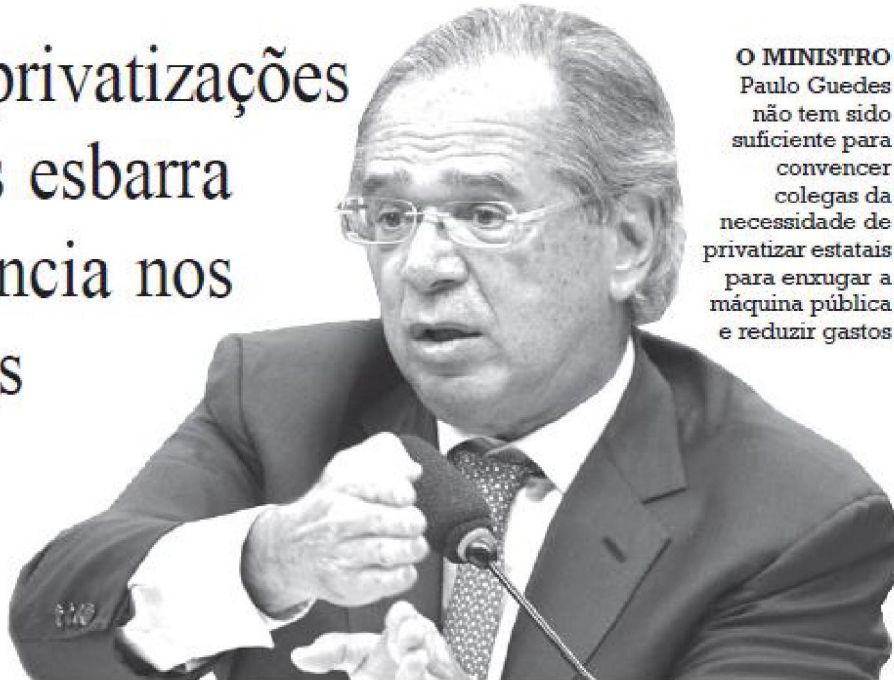
# Tribuna

## Plano de privatizações de Guedes esbarra em resistência nos ministérios

O ESTADO DE S. PAULO

**N**em a condição de "superministro" de Paulo Guedes tem sido suficiente para convencer colegas da necessidade de privatizar estatais para enxugar a máquina pública e reduzir gastos. Empresas do topo da lista para serem vendidas ou fechadas estão até mesmo recebendo novos funcionários. As maiores resistências vêm dos ministérios de Ciência e Tecnologia, Agricultura, Minas e Energia e Infraestrutura. O plano de privatizações é um dos pilares da política econômica de Guedes, que chamou o empresário Salim Mattar, dono da Localiza, para levar adiante a desestatização. A meta é obter neste ano receita de US\$ 20 bilhões. Desse valor, o governo diz ter cumprido mais da metade, com US\$ 11,4 bilhões em desestatizações e US\$ 646 milhões em desinvestimentos. Boa parte é de concessões gestadas em governos anteriores.

O Tesouro injeta mais de R\$ 18 bilhões ao ano para



**O MINISTRO**  
Paulo Guedes não tem sido suficiente para convencer colegas da necessidade de privatizar estatais para enxugar a máquina pública e reduzir gastos

fechar as contas das estatais dependentes (incapazes de gerar receitas para bancar as despesas). Elas pagam, em média, salário mensal de R\$ 13,4 mil, seis vezes mais que o rendimento médio do trabalhador com carteira assinada.

Mas a catequese para convencer os demais ministros a se desfazerem de suas empresas não está fazendo efeito. Um dos símbolos da dificuldade é a resistência do ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, em vender suas estatais, como os Correios. A EBC, empresa de comunicação que o próprio Jair Bolsonaro defendeu extinguir ou privatizar, agora teve os planos revistos pelo Palácio do Planalto.

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que

atua nas áreas de planejamento, estruturação e qualificação de projetos de infraestrutura de transportes, estava perto da extinção, mas está repondo vagas e contratando pessoal. Segundo a empresa, dos 143 cargos de que dispõe, sete estão em fase de contratação neste mês, "haja vista os desligamentos recentes". A EPL não comenta a intenção do governo de fechá-la.

A intenção da área econômica era também privatizar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que apura estatísticas agropecuárias, faz a regulação dos preços mínimos com armazenagem de estoques e tem cerca de 4 mil funcionários. A avaliação é de que há outras formas mais eficientes para exercer

essa política, e quem acaba ganhando com o desenho atual são os "atravessadores", que levam o estoque dos armazéns para centros consumidores.

O BNDES quer trabalhar nos planos de venda da empresa e participa de reuniões técnicas com o governo, mas auxiliares da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, consideram que a hipótese de privatizar "está afastada". A pasta só aprova a redução nos ativos subaproveitados ou com alto custo. O objetivo é "tirar gordura para ganhar musculatura", o que esbarra na estratégia de Guedes. Apesar da dificuldade, Salim Mattar é otimista. "O processo de desestatização é irreversível. É questão de tempo."

17/04/2019 - 05:00

## Reajustes da Petrobras não terão nova intervenção, afirma Guedes

Por **Carla Araújo e Fabio Murakawa**

Preços dos combustíveis são assunto da Petrobras. O ministro Paulo Guedes, da Economia, assegurou, ontem, que o presidente Jair Bolsonaro entendeu que "é fora de propósito" intervir na formação de preços e não é intenção do governo repetir manipulações que aconteceram no passado. Bolsonaro participou, com vários ministros, de uma reunião em que técnicos da estatal petroleira explicaram os métodos usados para os reajustes de combustíveis.



*O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque: momento e tamanho do reajuste são decisões da Petrobras*

>> **Leia mais:**

- [Mesmo com mudanças, resolução da ANP sobre preços divide opiniões](#)
- [Caminhoneiro terá crédito para comprar pneu e manter veículo](#)
- [Apoio do BNDES será diferente do visto no passado](#)

Guedes admitiu que ao [ligar para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para questionar o aumento de 5,7% no diesel que a empresa havia anunciado](#), o presidente da República deu margem para se falar em intervenção do governo. "A interpretação que tiveram é procedente", disse.

Mesmo sem ter sido consultado previamente sobre a decisão de Bolsonaro, Guedes disse que considerou natural que ele pedisse explicações a Castello Branco, justamente porque era um dia em que o governo comemorava os cem dias e tentava emplacar uma agenda positiva.

"O presidente nos disse que ele telefonou para o Roberto e perguntou: 'Como é isso aí? No dia dos cem dias [do governo] você está jogando diesel no meu chope!", contou o ministro.



Tanto Guedes, quando o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, reiteraram que a manutenção do reajuste de 5,74% é uma decisão que cabe à Petrobras. "Quem vai decidir o momento e o valor [do preço] é a Petrobras", afirmou Albuquerque. O ministro de Minas e Energia disse ainda que o valor do diesel praticado na bomba no Brasil é em média 12% abaixo do praticado no mundo e salientou que 46% do preço do diesel são tributos e que eventual aumento acontecerá em cima dos 54% restantes que formam o preço.

Guedes disse que a atitude de Bolsonaro foi política. "Não foi uma decisão de política econômica que ele tomou. Se fosse para mexer, uma política nova, ele teria se consultado comigo", disse o ministro, que na ocasião estava nos Estados Unidos. Ele falou, ainda, que compreendia as motivações do presidente, cujas preocupações não se limitam às questões de mercado.

"Eu, como economista, tenho que reconhecer que o presidente da República representa 200 milhões de pessoas e ele pode estar preocupado com uma greve [dos caminhoneiros] que possa causar mais desacerto do que uma queda eventual do mercado", afirmou. "Ele, com a maior sinceridade, disse: 'Me explica esse negócio aí, me dê os esclarecimentos [sobre o aumento do diesel acima da inflação]'."

O ministro da Economia explicou que, "se começar a regular preço", será afundado todo o esforço do governo de fazer concessões e atrair investimentos. "Uma intervenção deprecia toda a riqueza que vai sair dos poços de petróleo", assinalou.

Outro aspecto que ele chamou a atenção é para um necessário choque de redução de preços na oferta de energia e combustíveis, mediante privatizações e maior competição. O ministro fez críticas ao monopólio da Petrobras e afirmou que a estatal se comprometeu a trabalhar com mais transparência na definição dos preços dos combustíveis.

Para Guedes, o exemplo a ser seguido é o dos bancos centrais. No caso brasileiro, o Banco Central, na ata do Copom, dá todas as informações necessárias ao entendimento de por que os juros puderam cair ou as razões para ter que aumentá-los. É um modelo de transparência e de previsibilidade.

Segundo ele, foram examinados o histórico de preços e ficou claro que houve período em que a Petrobras colocou preço muito acima e outros muito abaixo (do mercado internacional).

"Não queremos de forma alguma ser um governo que manipula politicamente o preço como muitos governos manipularam no passado", destacou. A experiência mais recente se deu no governo de Dilma Rousseff, que ao segurar os preços dos combustíveis, definiu o valor da empresa estatal ao que se seguiu um brutal reajuste, no seu segundo mandato.

"Se em algum momento considerarmos que o preço subiu muito, temos saber que qualquer medida custa para a União", disse Guedes. "Se o preço subir demais, poderíamos reduzir impostos. Nada a ver com intervenção nos custos da Petrobras. Vai se cortar de quem? Do turismo? Da educação? Da saúde, para dar para os caminhoneiros?", completou.

Guedes lembrou ainda que no passado recente houve dois extremos relacionado às políticas de preços de combustíveis. Um deles é o do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, que congelou os preços, e outro foram os tempos de reajustes diários, na gestão de Pedro Parente no comando da Petrobras, no governo de Michel Temer.

De acordo com o ministro da Economia, essas realidades foram conversadas na reunião do presidente Jair Bolsonaro com técnicos na empresa ontem. O ministro disse que ficou acertado que a Petrobras "tem que trabalhar para melhorar as suas próprias práticas".

Um exemplo citado pelo ministro da Economia foi o americano. "Nos EUA, a solução que encontraram foi indexar o frete ao diesel e tudo isso tem que ser estudado mesmo."

Ontem cedo, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, chegou a dizer que, além do cartão-caminhoneiro, uma opção era indexar o frete ao preço do diesel. Depois o ministério esclareceu que essa medida não seria adotada. Guedes, porém, afirmou que o presidente da Petrobras está estudando as alternativas, incluindo o exemplo americano de indexação "Essa solução americana de indexar está sendo analisada também, tudo está sendo analisado", disse Guedes.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, defendeu ontem mais previsibilidade nas altas de preço do óleo diesel praticadas pela Petrobras. "A Petrobras é uma empresa independente, ela sobe os preços de acordo com o mercado internacional, o que é ruim para o produtor. O bom é que a gente tivesse nossa casa arrumada e que a Petrobras pudesse dar mais previsibilidade nesses aumentos de preço e na diminuição. A tabela [de preços] deveria ir para baixo e para cima", disse a ministra, durante a Norte Show, feira agropecuária de Sinop (Mato Grosso).

"O produtor anda penalizado com os custos de produção, tem sobrado pouco", declarou. A ministra criticou, ainda, o tabelamento do frete rodoviário. **(Colaborou Cristiano Zaia)**

22/04/2019 - 05:00

## A reforma tributária: por que o IVA?

Por **Reinaldo Marques da Silva**

No dia 5 deste mês, a Mesa da Câmara dos Deputados recebeu o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) para a reforma tributária, protocolado pelo líder do MDB, Baleia Rossi. A proposta contou com a articulação de diversos líderes partidários, inclusive do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), e foi apresentada antes que o governo encaminhasse seu texto, sob a tutela do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A proposta adotada pelos parlamentares é a do tributarista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). O projeto prevê a criação de um novo tributo sobre bens e serviços, o imposto de valor agregado (IVA), com a unificação do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS. O objetivo declarado é simplificar o atual sistema, pondo fim à guerra fiscal, ao elevado custo de cumprimento das obrigações tributárias pelas empresas, bem como ao desgastante e gigantesco contencioso tributário, além de aumentar a eficiência na arrecadação tributária.

Se posto em tela o comércio internacional, pertinente apontar que a política fiscal continua sendo uma expressão de soberania dos Estados, cada vez mais condicionada à globalização e sua expressão no intercâmbio acelerado de bens e serviços. Esse processo é deveras perceptível em relação a tributos impactantes na circulação de mercadorias entre territórios de diferentes soberanias, como é o caso do IVA.

***O IVA dificulta a evasão fiscal, pois o contribuinte se vê compelido a um correto faturamento de suas aquisições***

Juntamente com o crescimento do comércio internacional, há um fenômeno de proliferação dos espaços regionais de integração econômica. A expressão mais elementar dessa integração se refere à criação de zonas de livre comércio e de união aduaneira, implicando a implantação de um mercado comum que proclama os princípios da livre circulação de pessoas, de mercadorias e de capitais. Nesse sentido, sabe-se que a União Europeia é a experiência de bloco mais bem sucedida da atualidade, enquanto o Mercosul avança muito lentamente.

Tomemos o exemplo da exportação de serviços. Por um lado, a presença da exportação de serviços é habitual na normativa comercial e tributária de alguns países latino-americanos. O Chile, por sua vez, prevê na letra b do artigo 16 da Lei nº 18.768, de 29 de dezembro de 1988, que os serviços prestados ao exterior serão considerados exportações, devendo o exportador dar cumprimento às mesmas exigências e formalidades estabelecidas para as exportações tradicionais.

No Brasil, ao contrário, a legislação do ICMS, notadamente o artigo 2º da Lei Complementar nº 87, de 1996, aduz que todo serviço prestado ao exterior ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior, não integra as exportações de serviços. E nem sequer o conceito de exportações de serviços é pacífico. Pois bem, todos esses conceitos não de ser revistos e o IVA pode ser o caminho para tanto.

Com efeito, o IVA é uma forma de tributação de caráter não cumulativo porque a sua base de cálculo é dada não por valores parciais, mas pelo maior valor (o valor agregado) que o produto pode adquirir em toda a sua fase de produção e distribuição. No caso de a tributação ser uniforme, embora a soma dos valores agregados possa variar ao longo dos processos produtivo e distributivo, importa o valor final do bem. O objetivo do IVA é tributar o maior valor do bem, sem duplicação, ou seja, de modo monofásico. O imposto é exatamente proporcional ao preço final de venda do produto.

O IVA não é influenciado pelo número de etapas pelas quais o produto passa em seus processos de produção e distribuição. Portanto, não representa um incentivo para a integração vertical das empresas. Por ser monofásico, permite uma neutralidade fiscal nas trocas internacionais. Ademais, sabe-se não permitirem os impostos plurifásicos e cumulativos um cálculo exato da incidência do imposto no preço final do bem.

Quanto ao mais, do ponto de vista administrativo, o IVA dificulta a evasão fiscal, pois o contribuinte se vê compelido a um correto faturamento de suas aquisições a fim de que possa obter deduções do imposto. A incidência do imposto na diferença entre as aquisições e as vendas reduz o montante de imposto pago pelo contribuinte e, por conseguinte, reduz o campo de operação do contribuinte fraudulento.

Todavia, como todo imposto, o IVA é passível de evasão. É o que ocorre nas operações econômicas não registradas; nas apropriações não merecidas de deduções de imposto pago nas etapas anteriores, por meio de faturas de aquisição falsas; sobrevaloração das vendas; falsos reembolsos de exportações; bem como abusos das particularidades do regime de tributação.

É incontroversa, ademais, a natureza regressiva do IVA. As evidências mostram serem de natureza regressiva os impostos com base tributável bastante ampla. Contudo, isenções, alíquota zero, reduções no imposto para bens de primeira necessidade e imposição de

alíquotas mais elevadas para bens supérfluos diminuem a regressividade.

Por ora, parece improvável o Congresso aprovar a PEC da reforma tributária. Todavia, se isso ocorrer, há de se considerar as vantagens proporcionadas pelo IVA ao sistema tributário brasileiro, notadamente: simplificação, combate à evasão fiscal, praticidade na arrecadação e fiscalização, redução dos custos de conformidade, bem como do contencioso tributário.

**Reinaldo Marques da Silva é advogado e servidor público em São Paulo, especialista em Direito Tributário, mestre em Direito Comparado pela Samford University/University of Cambridge e doutorando em Direito e Ciências Sociais pela Universidad Nacional de Córdoba (UNC)**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**